

As mulheres anarquistas no Brasil (1900-1930): entre os esquecimentos e as resistências

SAMANTA COLHADO MENDES*

Resumo: O presente artigo abordará as experiências das mulheres anarquistas no Brasil em parte do período que a historiografia convencionou chamar de Primeira República. Essas mulheres não se denominavam feministas nem pretendiam ser um grupo a parte dentro do movimento anarquista, mas pensavam a singularidade de ser mulher e de suas lutas, principalmente no que se refere às mulheres operárias, nosso principal foco de estudos aqui. Sem dúvida alguma, essa percepção imprimiu ao movimento novas visões e importantes contribuições até nossos dias, sejam para as lutas libertárias, seja para o movimento feminista. Todavia, essa importância não foi resgatada em sua complexidade e grandeza pela historiografia. Pensar seu apagamento é recontar essa história e, acima de tudo, resgatar memórias fundamentais, enfim, dar voz a sujeitos suprimidos das páginas da história oficial.

Palavras-chave: mulheres anarquistas; operárias; anarquismo; feminismo; história social; história das mulheres.

The anarchist women in Brazil (1900-1930): between forgetting and resistance

Abstract: The present article will approach the experiences of women anarchists in Brazil during part of the period that historiography called the First Republic. These women did not call themselves feminists neither did they claim to be a separate group within the anarchist movement, but they thought the uniqueness of being a woman and her struggles, especially with regard to working women, our main focus here. Undoubtedly, this perception has given the movement new visions and important contributions to our day, whether for libertarian struggles or for the feminist movement. However, this importance was not redeemed in its complexity and grandeur by historiography. Imagine its erasure is to recount this history and, above all, to rescue fundamental memories, so, to give voice to suppressed subjects of the pages of official history.

Key words: anarchist women; workers; anarchism; feminism; social history; women's history.



* SAMANTA COLHADO MENDES é Mestra em história (Unesp/Franca).



Elvira Boni – Terceiro Congresso Operário Brasileiro

Corriqueiramente ouvimos a associação entre anarquia e bagunça, entre anarquismo e violência. Essas associações, todavia, não coincidem com a teoria e a história de um movimento tão rico e com tantos adeptos em todo mundo, em diversos momentos históricos desde o século XIX. Coincidem, certamente, com maneiras de se contar a história que passam por interesses e relações presentes em nossa sociedade. A História é contada a partir de perspectivas e, nesse sentido, o anarquismo foi deturpado não só pela historiografia hegemônica, tradicional, e que até pouco tempo estudávamos na escola, como por muitos historiadores de movimentos sociais que diminuíram sua relevância histórica e presente para afirmar a predominância de outras ideias e partidos. Por muito tempo, o

anarquismo foi retratado como um movimento ingênuo e insipiente, base para movimentos partidários que também deixaram marcas em nossa história política.

Essa visão, acima de tudo, descarta a importância dos anarquistas em movimentos historicamente reconhecidos, como seu papel central nas Revoluções Mexicana e Russa, em como as importantes manifestações na França, Espanha, Brasil e América Latina como um todo. Acima de tudo, no caso do Brasil, descartam sua importância que, por sinal, foi fundamental para formação e desenvolvimento do movimento operário e mesmo para as primeiras iniciativas de educação popular, voltadas às classes mais baixas, representadas pelas Escolas Modernas.

Quando nos indagamos sobre os sujeitos atuantes nesse movimento, que imprimiram sobre ele suas ideias e ações que influenciam gerações em diversos movimentos até nossos dias, são mais nítidas nossas impressões de que pouco sabemos sobre eles e de que há inúmeros estereótipos e preconceitos em nossas visões e análises. Para além de nomes como Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Emma Goldman e Louise Michel, entre outros, a maioria de seus militantes permanece anônima, suprimida de relatos históricos, de obras clássicas sobre o movimento operário e demais movimentos sociais.

Muitas mulheres, principalmente as operárias que atuaram no movimento anarquista foram suprimidas das páginas da história, tradicionalmente contada em uma perspectiva masculina, branca, eurocêntrica e de classes privilegiadas. As operárias anarquistas permaneceram num “quase anonimato”, mas buscar suas vozes e suas ações significa recuperar a história do próprio movimento e sua importância dentro das lutas sociais, bem como sua importância para a compreensão das experiências e lutas femininas, sejam elas individuais e cotidianas ou organizadas em movimentos, partidos e coletivos. “A história vista de baixo”, a partir de suas perspectivas e vozes, como defendiam historiadores como Edward Palmer Thompson e Natalie Davis, nos permite reconhecer o movimento, as marcas desses sujeitos na história e, mesmo, a recontá-la.

As confusões a partir de como são citadas as mulheres libertárias, principalmente as operárias, e esse silenciamento nos dizem muito sobre nossa história e nossa sociedade. Como já colocara Michelle Perrot (2007), isso se dá por diversas razões, das quais

podemos destacar algumas delas. A escrita da história sempre se dá no masculino, raramente eram mencionados os artigos definidos; operárias poderiam ser retratadas apenas como classe operária ou operariado, por exemplo. A estatística, só recentemente, adotou especificidades de análises, como as relativas à gênero e raça/etnia – em greves, por exemplo, eram computados o total da categoria em greve, sem mencionar, na maioria das vezes, números específicos de mulheres ou de mulheres brancas e mulheres negras. E, talvez o mais relevante, o esquecimento e descarte de diversos documentos considerados sem importância pela história. Aqui, é interessante colocarmos que, ainda como afirmava Perrot (2007), muitas mulheres, por considerarem que suas histórias pessoais não tinham importância para as demais pessoas, descartavam seus documentos, ou faziam isso para esconder aspectos de sua vida, como resistência individual. Cartas foram queimadas, fotografias e documentos pessoais descartados intencionalmente por elas ou por quem escrevia a história “oficial” – algo que não poderia ser descoberto era descartado sem deixar rastros.

Além de todas essas questões, quando pensamos no contexto brasileiro, é válido dizer que muitas das mulheres pobres, sejam as trabalhadoras imigrantes europeias – que desembarcavam em massa em cidades como São Paulo, em fins do século XIX e início do século XX¹, para trabalhar

¹ Grande parte da mão de obra nas lavouras e nas cidades paulistas, após 1886 – onde se inicia o que se convencionou chamar “grande onda imigratória” – era composta por imigrantes, principalmente europeus vindos da Itália, Portugal e Espanha.

nas lavouras de café do interior, ou nas indústrias nascentes da capital – sejam as trabalhadoras nascidas aqui ou as trabalhadoras negras, antes escravizadas e agora em busca de trabalho no campo e nas cidades, tiveram pouco ou nenhum acesso à educação formal e a espaços privilegiados de escrita e de cultura letrada, por isso, não deixaram relatos escritos. Transmitiram suas vivências, impressões e ações através de relatos orais, de geração para geração, que em raros exemplos foram gravados e transcritos por meio da história oral, pouco valorizada pela história tradicional e por muitos historiadores ainda hoje.

Elvira Boni, costureira, militante anarquista com grande atividade no Rio de Janeiro, principalmente na “União das Costureiras”, em um raro e belo relato coletado pela historiadora Angela de Castro Gomes (1988), afirmava que ela e suas irmãs, dentre elas Carolina Boni, bordadeira militante libertária da mesma União e do “Grupo Pela Emancipação Feminina”, estudaram apenas no que se conhecia como ensino primário, tendo aprendido a ler e escrever, apenas. Já Maria Allés, fichada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo, em 1922, como propagandista anarquista, possuía a inscrição em sua ficha de identificação policial: “não sabe ler e escrever”².

Isso não quer dizer, entretanto, que sua atuação no movimento libertário tenha sido pequena. São inúmeros seus artigos em jornais e, ainda em maior número, os relatos da imprensa, seja operária ou

burguesa, sobre sua atuação em diversas movimentações de ação direta, sabotagens, boicotes, greves, manifestações, comícios, etc. Mulheres como Voltairine de Cleyre, nos Estados Unidos, Virginia Bolten, na Argentina, e as costureiras Tecla Fabbri, Teresa Cari e Maria Lopes³, no Brasil, tiveram importância fundamental para o movimento operário e anarquista e, por diversas razões, ficaram “nas sombras” da história. Buscar suas histórias, seus relatos e experiências, mesmo que por meio de rastros documentais, é essencial para reconstruirmos nossa própria história como mulheres e a história do movimento operário e libertário. E, acima de tudo, para percebê-las como sujeitos de ação, que interferiram na realidade, deixando marcas nas gerações que as sucederam, ou seja, que imprimiram sobre essa realidade suas ideias e marcas próprias.

Nós precisávamos ir chamar as moças para fazerem a greve. E, numa dessas ocasiões, duas ou três companheiras foram presas numa fábrica de camisas para homens na Rua dos Andradas. Quando eu soube disso, me juntei com mais

³ Tecla Fabbri, Teresa Cari e Maria Lopes publicaram, em “A Terra Livre” (São Paulo), de 28 de julho de 1906, um manifesto intitulado “Às jovens costureiras de São Paulo”, em que discutiam a importância da organização das mulheres desse ofício para lutar pelo que chamavam de “melhorias imediatas” (condições de trabalho, vida e salários) e para a construção da revolução libertária. Elas consideravam que havia singularidades em ser mulher operária e isso deveria ser discutido no seio das lutas, não como forma de dividir homens e mulheres libertárias, mas de construir a luta que levasse em conta, também, o que chamamos hoje de discussão de gênero e os “usos” do capitalismo para dividir a classe e fazer operários concorrerem entre si ao empregar essas discussões como justificativa para salários mais baixos, pagos às mulheres.

² Prontuário nº 0327 - Maria Allés, Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS). São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

duas e fomos lá na Rua da Relação falar com Bandeira Mello [chefe de polícia]. Ele apareceu e disse: “O que as meninas querem comigo”? Eu digo: “Protestar contra o absurdo que houve. Prenderam três moças porque elas estavam chamando as companheiras para fazerem greve para a conquista das oito horas de trabalho”⁴. E dali a pouco elas foram soltas. O Bandeira Mello me deu muitos conselhos, disse que eu não me deixasse levar por aqueles sindicalistas da União dos Alfaiates, porque eles só sabiam fazer barulho e mais nada. Eu digo: “Não, nós temos ideias próprias. Não vamos nos deixar levar por ninguém”. (ELVIRA BONI, apud: GOMES, 1988, p.34, grifos nossos),

Apesar de todos os estereótipos dos registros e documentos produzidos pelos organismos da repressão do Estado, que imprimiram aos anarquistas a marca de criminosos, perpetuadores de uma ideologia “exótica”, os arquivos do DEOPS se configuram como alguns desses “rastros” documentais. No intuito de reprimir as movimentações e controlar a população operária, seus arquivos nos fornecem, hoje, elementos sobre atuação e vida de algumas dessas mulheres libertárias, que não deixaram seus próprios relatos impressos nas páginas da “história oficial”.

A já referida pelas fichas policiais como “Propagandista anarquista”, Maria Allés, segundo seu prontuário era uma imigrante espanhola (Sevilha)⁵ que

⁴ A jornada de oito horas de trabalho, oito de lazer, oito de descanso era bandeira histórica dos anarquistas em todo o mundo. Nesse período, no Brasil, inúmeras categorias a levantavam como ponto de pauta em suas organizações e mobilizações.

⁵ A industrialização na cidade de São Paulo a partir de fins do século XIX e, principalmente

vivia no bairro do Brás (Rua Uruguayana) e trabalhava, como operária têxtil na Fábrica de Seda Santa Branca. Segundo os investigadores policiais ela teria, com outras de suas companheiras, discordado de um regulamento interno de fábrica que controlava o tempo que as operárias passavam no banheiro⁶ e, por isso, teriam exigido a demissão da gerência e promovido uma greve na fábrica após serem dispensadas por tal reclamação.

São Paulo, 29 de agosto de 1922

Exmº Snr Dr. Everardo Bandeira de Mello

D.D. Director do Gabinete de Investigações e Capturas

Em additamento a nossa parte de 25 do corrente mez, com relação a

no início do século XX, estava fortemente relacionada aos investimentos de capitais excedentes da produção cafeeira do interior do Estado, como salientam economistas como Wilson Cano (1998). A tal relação somamos o crescimento urbano e populacional da cidade. O último certamente fruto da grande massa de imigrantes vindos da Europa para trabalharem na lavoura, e muitas vezes tentando vida melhor na capital do Estado, ou vindos diretamente para trabalharem nas novas oficinas e fábricas nascentes, cujo carro chefe era a indústria têxtil. Nessas indústrias a mão de obra feminina e infantil era amplamente utilizada, em muitos dos casos, elas constituíam sua maioria.

⁶ Os relatos sobre regulamentos internos nas fábricas eram constantes na imprensa operária nesse período histórico, eles não só indicam os questionamentos do movimento operário às estratégias de controle do operariado, como a existência de uma noção de gestão “racional” de fábrica entre os industriais da cidade. Regular tempo de banheiro e os movimentos corporais dos trabalhadores são princípios da gestão taylorista empregadas nas unidades industriais. Demorar ao banheiro, por outro lado, era estratégia de resistência do operariado desde os primeiros anos da revolução industrial, em diversas partes do mundo, bem como as sabotagens de peças e máquinas.

Fabrica de Seda “Santa Branca”, temos a vos informar o seguinte.

No dia 24 visto o abuso de algumas operarias quando iam a privada e ali demorassem algum tempo, a gerencia fez um novo regulamento, o qual não foi bem recebido pelas operarias em questão. Estas dirigiram-se a gerencia dando-lhe oito dias para deixarem a fábrica, tendo então o gerente despedido-as desde aquelle momento. As referidas operarias reuniram-se então na casa de Angelina Soares, isto no dia 26, ficando estabelecido fazerem a greve geral da fabrica que pretenderam levar a effeito, pois no dia 27, muitas operarias não concordando com tal medida tomada por suas companheiras entraram para a fabrica muito tempo antes da hora do costume; foi neste momento que ia para o trabalho a operaria Ida Pastore, acompanhada de seu marido Antonio Pastore, tendo sido ambos agredidos por Angelina Soares, Angelo Bolognesi e outros operarios e auxiliados mais pelo anarchista Francisco Rux, vulgo “Carioca” e Manoel Soares.

Ida Pastore a victima da aggressão que se acha em estado de gravidez adeantado foi medicada na Policia Central, visto as parteiras terem se negado a esse exame.

A fabrica se acha normalisada, tendo hoje sido dispensados pela gerencia da mesma os nossos serviços.

Assinamos Fioravante Pagano e Oreste Lascalla. (PRONTUÁRIO N°0327 – MARIA ALLES, DEOPS – SP, grifos nossos).

Além de Maria Alles, aturam nessa greve, segundo lista anexada ao prontuário, suas irmãs Francisca Alles e Assumpta Alles, Iracema e Giardiara

Domingos, Adelaide Afani, Conceição Saraiva, Philomena Ponte, Irma Mosconi, Narcisa Severini, Maria Ragazzi, Palmira Silva, Izabel Bohemer. Beatriz Formigiani, Victoria Guerreiro e Angelina Soares. Para além das duas últimas é impossível precisarmos se as outras tinham atuação no movimento anarquista da época. Certo é que atuaram em movimento de ação direta com a presença de libertárias como Victoria Guerreiro, que escrevia artigos para a imprensa libertária, Angelina Soares, que com suas irmãs Maria Antonia, Matilde e Pilar, bem como com sua mãe, Paula, atuaram fortemente no movimento libertário do início do século XX, em Santos, São Paulo e Rio de Janeiro. Elas atuaram em centros de estudo, no teatro operário e na escola moderna, transformaram sua casa em local de acolhida para anarquistas fugidos, participaram de greves, publicaram artigos em jornais operários e atuaram em organizações de mulheres libertárias, como o Centro Feminino de Jovens Idealistas, fundado em São Paulo, 1915.

Tanto a documentação da repressão, quanto os documentos arquivados pelos libertários, referências bibliográficas sobre o movimento operário no que se convencionou chamar Primeira República brasileira e os dados das fábricas indicam que a atuação das mulheres no movimento foi enorme. Seu apagamento da história tradicional, portanto, não significa ausência. Eram grande número em manifestações públicas, discursos como propagandistas e artigos na imprensa anarquista.

No mesmo ano de sua fundação, algumas mulheres do Centro Feminino de Jovens Idealistas – Maria Antonia Soares, Sofia Loise, Encarnación Mejias

e Esperança Maestre – escreveram e enviaram uma carta endereçada “Ao Camarada Orlando”, pendido sua publicação no jornal anarquista “Barricada”, em que propunham a organização de uma campanha ativa contra o alistamento militar obrigatório. Tal carta expressava uma das grandes bandeiras de lutas das mulheres libertárias nesse período – a oposição ferrenha à Primeira Guerra Mundial⁷. Para além disso, ela dialogava com a proposta de internacionalismo e solidariedade de anarquistas do mundo inteiro, visto que, grande parte deles, se engajou em movimentações contra a guerra dizendo que ela significava a morte de irmãos operários pelas mãos de seus congêneres, empurrados para tal pelos Estados e suas bandeiras nacionais. Mulheres libertárias no Brasil e em outras partes do mundo propunham “greve dos ventres”, que pode ser explicada como negação a ter filhos para servirem de soldados nas guerras.

O Centro Feminino de Jovens Idealistas, reunido em assembleia geral na noite do 24 do corrente mez, resolveu iniciar imediatamente uma activa campanha contra o serviço militar obrigatorio, por consideral-o prejudicial à vida moral e econômica deste povo, como foi à vida dos povos onde esta lei vigora.

⁷ É interessante observarmos que, inclusive em períodos posteriores, as mulheres anarquistas tiveram papel ativo nas lutas e oposição às guerras. Em períodos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, Maria Lacerda de Moura, importante e conhecida anarquista brasileira, se opôs ao fascismo em artigos, livros, conferências pela América Latina, organizou e presidiu ligas antifascistas. Foi forte opositora à Guerra e é considerada por muitos estudiosos, hoje, a primeira antifascista das Américas.

O Centro constituiu em seu próprio seio, um Comitê de Agitação Contra o Serviço Militar Obrigatório, o qual se incumbirá dos trabalhos necessarios para essa campanha.

O Comitê ficou constituído pelas companheiras Maria Antonia Soares, Sofia Loise, Encarnación Mejias e Esperança Maestre.

[...]

Todos os meios possíveis adoptará o Comitê para que esta campanha tenha um resultado satisfatório. Portanto, ficaremos contentes, mesmo gratas, si algum camarada, achando bom um meio qualquer, o propôr ao Comitê, o qual o estudará, pondo-o em pratica, si o achar conveniente. (MARIA ANTONIA SOARES, SOFIA LOISE, ENCARNACIÓN MEJIAS E ESPERANÇA MAESTRE, outubro de 1915, p. 1. CEDEM – SP, grifos nossos).

As marcas que tais mulheres imprimiram sobre o contexto de sua época e os diálogos que faziam com conjunturas mais amplas, eram, portanto, evidentes. Elas se referiam e discutiam, também, os feminismos que nasciam ou se popularizaram no período em que aturam. Embora a leitura de “ondas feministas” e até muitos movimentos feministas atuais não referenciem profundamente as libertárias e seus debates e contribuições para discussões atuais, e, apesar dessas libertárias negarem o rótulo de “feminista”, por associá-lo ao feminismo liberal e seu elitismo, por elas criticado, é certo que colocaram sobre ele novas questões, novas visões e a profunda noção de classe, ao pensar e discutir a vida e as condições de trabalho em fábricas, oficinas e ateliês de costura em todo o país.

Mulheres libertárias consideravam de grande importância qualquer iniciativa e as lutas das mulheres. Para elas a luta significava aprendizagem na prática, vivência da solidariedade e construção de métodos de ação. Mas foram além ao discutir papéis impostos às mulheres; as diferenças de classe entre elas, que levam à condições de vida e opressões diferentes; a exploração dos corpos das mulheres dentro das fábricas, seja devido as extenuantes e cansativas jornadas de trabalho, seja pelos inúmeros abusos sexuais que denunciavam em suas ações, greves e em artigos de jornais; observavam a maternidade como ato consciente e fruto da escolha feminina, não destino natural e “divino das mulheres”, o que significa, em última instância, controle sobre o próprio corpo. Nesse sentido, propuseram e discutiram amplamente o amor livre e /ou plural, assim como denunciaram o papel nocivo do casamento burguês, que com os padrões, aprisionaria às mulheres à dependência econômica e as frivolidades das cerimônias e da moral capitalista. Negavam o sufrágio como meio de libertação, afirmando que ele só perpetuaria e legitimaria a exploração e, mesmo com o voto das mulheres, elas votariam pela própria opressão em um sistema que as mantém sem acesso à educação, instrução, cultura e lazer. Assim, a libertação das mulheres seria fruto de sua própria ação e passaria, necessariamente, por sua emancipação intelectual e até econômica.

Em “Despertar Feminino”, publicado em 8 de outubro de 1914 no jornal anticlerical “A Lanterna” e assinado por Maria A. Soares⁸, essa visão é evidente.

⁸ Não há como precisarmos se trata-se de Maria Angelina ou Maria Antonia Soares. Sabemos

As lutas femininas e sua importância eram reconhecidas, mas o liberalismo e o sufragismo que marcam o movimento feminista mais popular da época eram criticados.

É com grande satisfação que vejo, por meio da imprensa, o grande voo que vai tomando o feminismo. É verdade que a maioria das feministas de hoje visam quase essencialmente à conquista do voto – e eu sou contrária ao voto por ser uma coisa inútil e até um obstáculo para a marcha do progresso. Mas o que mais admiro e aprecio nessa luta empreendida pelas sufragistas é a sua perseverante energia, que faz com que não se detenham ante nenhum obstáculo para conseguir o que desejam.

Bem sabem elas que pacificamente nada conseguirão, e, muito acertadamente, empregam a ação direta. Manifestam-se também com vigor, nestes tempos, outras tendências de feminismo além das sufragistas, que certamente virão a despertar no meio feminino em certo grau de atividade e que reverterá em favor da sua completa emancipação.

Como disse anteriormente, senti imenso prazer ao ver esse despertar tão almejado, mas não sei a que atribuir a indiferença que reina entre as companheiras, tanto no Brasil como no estrangeiro, neste momento propício para a propagação das nossas ideias.

O elemento feminino, cansado de viver escravizado, compreendeu que já é hora de conquistar seus direitos usurpados pelo ridículo orgulho masculino e como em sua

que ambas contribuíram para jornais libertários e anticlericais, além da atuação em outras “frentes” do movimento anarquista que citamos ao longo desse artigo.

obscura existência não pode reflexionar e portanto compreender onde está a verdadeira emancipação, na sua ânsia louca de liberdade seguirá o caminho que primeiro lhe indicarem, julgando ter feito muito bem.

Vemos que se acham na brecha agora as sufragistas.

Pois bem, como não veem outro caminho trilhado, seguirão forçosamente esse.

Acontecerá da mesma forma que com os socialistas parlamentaristas no meio operário.

Intrometeram-se tanto, conseguiram fazer acreditar nas suas promessas vãs, e temos os resultados funestos, vendo-se hoje muitos trabalhadores que ainda creem que a sua felicidade será completa quando forem governados por socialistas. Se deixarmos que a política absorva todas as energias da mulher, mais elementos teremos de combater, e portanto mais encarniçada e difícil será a luta pra conseguir a emancipação que procuramos.

Portanto, companheiras, apelo para vós, em nome do futuro da Humanidade, para que unidas nos lancemos na luta, procurando eliminar tudo quanto obstrua o caminho que há de conduzir-nos ao futuro ditoso, que tem sido o sonho mais doce da nossa vida.

Sim, unamo-nos e não deixemos que progrida esse novo morbus que se introduziu entre nós e teremos assim evitado que amanhã sejam nossas inimigas as que hoje são nossas irmãs. (MARIA A. SOARES. A Lanterna, 3 de outubro de 1914, p.4, grifos nossos).

A percepção das condições de vida e trabalho a que estavam submetidas as mulheres operárias eram foco de análise e crítica nos escritos de grande parte das libertárias em todo o mundo⁹. As operárias estavam submetidas a jornadas de trabalho que podiam chegar a 14 horas diárias e, em muitos casos, trabalho noturno. Seus salários, mais baixos que os dos homens, não permitiram um sustento independente da família, mas ao mesmo tempo seu salário era fundamental para a vida de toda a família e não um complemento. Dessa forma estavam presas ao trabalho, em oficinas sujas, mal iluminadas, e às uniões que nem sempre se pautavam no amor e nas afinidades, mas ao sustento. Se fossem mães a situação era ainda mais complicada. Dessa forma, havia poucas margens à educação e à instrução, quanto mais ao acesso à cultura e ao lazer – bases fundamentais para sua emancipação e, conseqüente emancipação da sociedade¹⁰. Vale citar, ainda, que muitas dessas mulheres, ao chegar em casa recebiam, ainda a carga do trabalho

⁹ Libertárias como Emma Goldman, nos Estados Unidos e Carmen Llovera, na Argentina, debruçavam-se sobre esse tema, mas a condição da mulher operária foi foco de discussão também entre os bolcheviques logo depois da Revolução Russa. Sobre esse assunto vale a pena consultar GOLMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**. São Paulo. Boitempo, 2014.

¹⁰ Para as anarquistas a emancipação da mulher não ocorreria sem a emancipação da humanidade. Ela estava, portanto, ligada à luta pela construção da sociedade libertária em comunhão com seus companheiros. Todavia, a revolução deveria passar pela consideração da situação das mulheres na sociedade capitalista, ou seja, por sua emancipação intelectual, igualdade econômica, etc. Ou seja, não há sectarismo em suas lutas, mas consideração das singularidades de ser mulher operária.

doméstico, sem mencionar o cuidado com os filhos.

O já referido manifesto “Ás Jovens Costureiras de São Paulo”, assinado por Tecla Fabbri, Teresa Cari e Maria Lopes e publicado em “A Terra Livre”, em 28 de julho de 1906 questionava: “Como se pode ler um livro, quando se vai para o trabalho às 7 horas da manhã e se volta para casa às 11 horas da noite? (TECLA FABBRI, TERESA CARI; MARIA LOPES. “A Terra Livre”, 28/07/1906, p. 2). Da mesma forma, o jornal argentino auto descrito como periódico comunista-anárquico “La Voz de La Mujer”¹¹, escrito e publicado só por mulheres libertárias da capital argentina, Buenos Aires, ao longo de 1896 (sem regularidade exata), discutia tais questões em seus nove números:

Nosotras creemos que en la actual sociedad nada ni nadie es más desgraciada en su condición que la infeliz mujer. Apenas llegadas a la pubertad, somos blanco de las miradas lúbricas y cínicamente sensuales del sexo fuerte. Ya sea éste de la clase explotadora o explotada. Más tarde, ya “mujeres”, caemos las más de las veces víctimas del engaño en el lodazal de las impurezas, o en el desprecio y escarnio de la sociedad, que no ve en nuestra caída nada, amor, ideal, nada absolutamente, más que la “falta”.

Si realizamos lo que algunas creen su dicha, esto es el matrimonio, entonces nuestra condición es peor, mil veces peor. La falta de trabajo en el “marido”, lo escaso de la remuneración, las enfermedades, etc., hacen que lo que en otra

circunstancia sería el colmo de la dicha, sea en nuestra condición una grave y temible carga para los “esposos”.

[...]

No siendo libre la educación y no pudiendo disponer de tiempo suficiente para adquirirla ¿cómo vamos a ser educadas? ¿Quién ignora que desde nuestra más temprana edad el taller nos traga y martiriza? En él no es donde nos podemos educar, muy al contrario, allí hay de todo, de todo, menos eso... ¡y cien y cien veces hemos visto víctimas de la lubricidad burguesa las miseras obreras, bajar rápidamente en horribles tumbos y caer despeñadas al abismo del vicio, que cada vez más hambriento e insaciable las tragaba, cubriéndolas de cieno y lágrimas, que, niñas casi... que apresuraban por sí mismas su caída, para con ella librarse de la rechifla y escarnio de sus mismos verdugos!... (CARMEN LAVERA, La Voz de la Mujer, 8 de janeiro de 1896, p. 20 a 23, ano 1, nº 1, grifos nossos).

Em “O Nosso Jornal”, uma espécie de jornal-manifesto escrito só por mulheres do “Grupo pela Emancipação Feminina”¹² – de tendência libertária - e publicado em 1 de maio de 1923, no Rio de Janeiro a questão da educação feminina também se mostra recorrente

¹¹ “La voz de la mujer”, que se auto intitulava periódico anarco-comunista, discutia as questões referentes às mulheres operárias.

¹² O Grupo pela Emancipação Feminina se formou depois da dissolução da União das Costureiras, em 1919. Tal união, após uma grande greve, da qual participaram mulheres como Elvira Boni, conquistou a jornada de oito horas de trabalho diárias nesse mesmo ano. O intuito do Grupo era divulgar os ideais anarquistas e logo se dissolver, a fim de que suas integrantes se mobilizassem em outras organizações e ações de propaganda libertárias, como elas mesmas defendiam no editorial do jornal.

em inúmeros de seus artigos. Há inúmeras críticas à falta de acesso à educação e instrução pelas mulheres, principalmente as mulheres operárias, e aos males da moral e da educação burguesas, que reforçariam papéis de submissão feminina e de dependência, assim como discutia Anna de Castro Osório em “A Terra Livre”, em 2 de abril de 1907, ao afirmar que as mulheres estavam submetidas à vigilância do homem ou do convento. Em oposição, elas defendiam a educação libertária como meio essencial de preparação da revolução social e de emancipação feminina.

Alegando que lhe basta lavar, varrer e cozer e nada mais. Enquanto preocupar-se com problemas sociais, isso nem se pensa.

Todo o seu raio se limita a cuidar de seus filhos e manter sua casa o mais correcta possível, como si o pensar racionalmente e preocupar-se com a classe operária impedisse que a mulher cuidasse de seu lar e do seu amor.

[...] Como há de despertar a inteligência da criança e ensinar-lhe a criar uma consciência? Se em seu cérebro não penetrou a luz de uma ideia, que há de inculcar-lhes se não velhos prejuízos e antigos costumes?

Nestas condições, que benefício proporcionam à humanidade e a elas mesmas?

Nenhum, seguramente. Mas, os que assim pensam, “os débeis de espirito”, os que já não conhecem senão caminhos já trilhados, não admiram o benefício e o progresso que tal perfeição moral proporcionaria à causa operária, por ser ela a mais prejudicada por esse atraso. Só vem uma coisa, isto

é, que a mulher, ao elevar-se à altura de seres pensantes, deixaria de ser a escrava incondicional do homem e isto não lhe agrada.

[...] Não somos tão exploradas nas fábricas e oficinas? Porque pois, enquanto eles procuram livrar-se por todos os meios ao teu alcance, da exploração de que são objeto, a nós querem negar o direito de tomar parte ativa nas lutas sociais? Que argumentos apresentam os que vêm como maus olhos a emancipação moral e econômica da mulher?

[...] Mas é preciso ter em conta que a educação até o presente a mulher tem recebido é deficiente, deixa muito a desejar. Isto somado aos obstáculos que em seus passos devido a falsas crenças e costumes antigos, torna mais meritória e bela sua obra. Quer dizer que si se educasse a mulher igualmente como o homem, seria como ele, inteligente e valorosa. (FIDOLA CUÑADO. “O Nosso Jornal”, 1 de maio de 1923, grifos nossos).

Além da educação feminina, “O Nosso Jornal” trazia artigos sobre organização das mulheres operárias¹³, padrões impostos à mulher e as condições de vida e trabalho das operárias. Além, disso, discutiam os feminismos, em consonância com o que se discutia no “Despertar Feminino”, que citamos anteriormente, ou seja, conforme a visão das libertárias sobre o tema, negando o rótulo de feministas por associarem-no ao sufrágismo, mesmo considerando sua importância dentro das lutas pela emancipação feminina. Defendiam a educação libertária como

¹³ Novamente, essa não era uma maneira sectária de enxergar a organização operária, mas a consideração de que havia singularidades em ser mulher operária.

importante ponto de partida para emancipação da mulher e de toda humanidade, além de defenderem inúmeras formas de ação direta. Criticavam, ainda, a dominação masculina, como vemos no trecho anterior, exercida dentro do casamento – prisão para a mulher – e nos próprios meios operários, em suas lutas e mobilizações.

Assinaram seus artigos: Carolina Boni, Esperança Manjon, Iveta Ribeiro, Pillar Serra, Maria Lopez, Maria Alvarez, Olga Castro, Fidola Cuñado, Joana Rocco e Clementina. Segundo seu próprio edital:

[...] Desejávamos mostrar que a atual situação da mulher, apesar de seu extraordinário progresso, conseguido nestes últimos anos, não era ainda a situação ideal de verdadeiras mulheres.

Porque, embora vissemos que a mulher, principalmente depois da guerra, tem galgado muitíssimos postos para os quais a ignorância e o egoísmo dos homens e mesmo das próprias mulheres, persistam em julgá-las incapaz, embora soubéssemos que a mulher em geral, finge sentir-se feliz, tudo isto não é mais que uma ilusão do verdadeiro progresso.

Os factos demonstram claramente. Todos os lugares outrora ocupados por homens, em toda a parte onde a mulher faz hoje o mesmo que ontem era feito pelo homem, não é retribuída com igual salário como se fôra ele. Nas fábricas, no comercio, nos ministérios, sempre isto se verifica. Não é, porventura querer eternizar a inferioridade da mulher com essa diferença? Porque não poderá ela ganhar tanto quanto ele se faz o mesmo trabalho? Atualmente, até já se prefere muito

o trabalho feminino. Porque? Porque a mulher se submete com muito mais facilidade aos ordenados inferiores. Muitas prezas pelas necessidades, outras porque trabalham unicamente para satisfazer exigências do luxo contentam-se em ser mal retribuídas, não vendo sequer a clamorosa injustiça que com elas se pratica. Não vêm também que, assim, fazem concorrência aos homens, prejudicando-os.

[...]

Contudo, será de facto a mulher sempre assim? Não sentirá um dia pulsar o coração num assomo de revolta contra a atual sociedade que só isto proporciona? Não quererá destruir nunca o falso pedestal de deusa que lhe criaram para demonstrar que necessita unicamente de ser respeitada e não mentirosamente glorificada?

Oh! Sim! Tenhamos esperanças na realização deste nosso sonho! Principalmente hoje, dia 1º de Maio, em que os escravizados do mundo inteiro dão-se as mãos por cima das fronteiras afirmando a inutilidade delas, para lembrar o sacrificio heroico de mártires como eles, que morreram em defesa de nossa liberdade!

A nossa obra foi simplesmente interrompida. Há de renascer, um dia, mais difícil de ser vencida! Há de ser compreendida porque não é apenas uma questão feminina, mas um dos pontos mais importantes da questão social.

Confiamos que a revolta feminina explodirá um dia e realizará a obra da regeneração da humanidade, porque a emancipação da mulher será o principal fator para a formação da Sociedade Futura! (GRUPO PELA EMANCIPAÇÃO

FEMININA, 1 de maio de 1923, p. 1, grifos nossos).

Para essas mulheres, a emancipação feminina, obra das próprias mulheres, só se consolidaria com a revolução social que nos levasse a anarquia. Ela, todavia, deveria ser preparada pelas lutas e ações e só seria possível se pensasse a “questão feminina”, se passasse pela emancipação econômica e intelectual da mulher da submissão burguesa perpetuada pelas instituições do Estado e pela religião, enfim, da realização da mulher como indivíduo pleno.

Evidentemente essa revolução não se consolidou, muito menos a anarquia, não alcançamos nem mesmo os salários iguais aos dos homens, já mencionados por elas em 1923. Ainda não temos o controle sobre nossos corpos, nossa vida reprodutiva, nossos amores e poucas de nós se veem em relacionamentos livres, realmente igualitários e não tóxicos com indivíduos do sexo oposto. Ainda não exercemos livremente nossa sexualidade e somos reguladas por padrões heteronormativos. Ainda vivemos a constante ameaça do estupro, dos abusos e das agressões em nossos ambientes mais cotidianos. Todavia, não fossem suas vozes, ecoadas até nós por tradição oral, por rastros de sua história escrita e por experiências passadas de mães para as filhas, pouco teríamos avançado em nossas lutas, questionamentos, resistências e conquistas. Mesmo com seu “quase” apagamento da história tradicional e de muitas páginas dos feminismos e anarquismos, como afirma Carolina O. Ressurreição: “Se hoje somos, é porque antes outras já foram”. (RESSUREIÇÃO, apud: MOURA, 2018, p. 23).

Referências

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas/ S.P. Ed. Unicamp, 1998.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**. São Paulo. Boitempo, 2014.

GOMES, Angela de Castro (coord.). **Velhos Militantes**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1988.

MOURA, Maria Lacerda de. **A mulher é uma degenerada**. São Paulo. Tenda de livros, 2018.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo. Contexto, 2007.

Fontes históricas

A LANTERNA, São Paulo, 3 de outubro de 1914. Centro de Documentação e Memória da UNESP, São Paulo. (Artigo de Maria A. Soares).

A TERRA LIVRE, São Paulo, 1905 – 1907. Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas – São Paulo. (Artigos assinados por Tecla Fabbri, Teresa Cari, Maria Lopes e Anna de Castro Osório).

CARTA DO CENTRO FEMININO DE JOVENS IDEALISTAS, outubro de 1915. Centro de Documentação e Memória da UNESP, São Paulo. (Manuscrito assinado por: Maria Antonia Soares, Sofia Loise, Encarnación Mejias e Esperança Maestre).

LA VOZ DE LA MUJER. Buenos Aires, 1896. Un Gato Negro Editores. Bogotá, Colômbia, novembro de 2011.

O NOSSO JORNAL. Rio de Janeiro, 1 de maio de 1923. Arquivo Edgard Leuenroth - Universidade Estadual de Campinas – São Paulo.

PRONTUÁRIO N° 0327 – MARIA ALLES. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS). São Paulo. Arquivo Público de Estado de São Paulo.

Recebido em 2018-09-11
Publicado em 2018-11-16